

Processo n.º 1234/24.5T8LSB

Vara: 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juiz: Dr. António Pereira, Juiz de Direito

Autor: XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.

NIF: 123 456 789

Sede: Rua da Tecnologia, n.º 45, 1050-123 Lisboa

Ré: ABC – Consultoria Empresarial, Lda.

NIF: 987 654 321

Sede: Avenida da Empresa, n.º 78, 4000-567 Porto

Mandatários:

- Dr. João Silva – OAB/PG 12 345 – advogado da autora
- Dra. Maria Fernandes – OAB/PG 67 890 – advogada da ré

Lisboa, 15 de março de 2024

SENTENÇA – DECISÃO JUDICIAL SOBRE INCUMPRIMENTO CONTRATUAL

VISTOS Os autos do **Processo Declarativo de Incumprimento de Contrato de Prestação de Serviços**, que tem por objeto a pretensão da XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. (autor) contra a ABC – Consultoria Empresarial, Lda. (ré), foram regularmente instruídos, tendo sido apresentadas as peças processuais, bem como as provas documentais e testemunhais produzidas nos termos do Código de Processo Civil (CPC).

RELATÓRIO

1. Dos Factos

1.1. Em 10 de janeiro de 2023, as partes celebraram contrato de prestação de serviços (Contrato n.º 2023/001) pelo qual a XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. se obrigou a desenvolver e implementar um sistema de gestão empresarial para a ABC – Consultoria Empresarial, Lda., com prazo de execução de 12 (doze) meses e valor total de € 250 000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), dos quais € 100 000,00 foram pagos antecipadamente em 15 de janeiro de 2023.

1.2. O contrato previa, entre outras cláusulas, a entrega de relatórios mensais, a manutenção corretiva durante a vigência e a garantia de funcionamento do software por 24 (vinte e quatro) meses após a entrega final.

1.3. A ré, entretanto, deixou de cumprir obrigações essenciais, nomeadamente:

- Não entrega dos relatórios mensais a partir de junho de 2023;
- Falha na correção de bugs críticos identificados em julho de 2023, apesar das notificações formais enviadas em 20 de julho e 5 de agosto de 2023;
- Interrupção total dos serviços a partir de setembro de 2023, sem justificativa nem comunicação prévia.

2. Da Causa de Pedir

2.1. A autora requer a **declaração de resolução** do contrato por incumprimento grave da ré, a **indenização por perdas e danos** no valor de € 180 000,00, correspondente ao prejuízo efetivo sofrido, bem como a **restituição dos pagamentos antecipados** (€ 100 000,00) acrescidos de juros de mora a 5 % ao ano, a contar da data de vencimento da obrigação de restituição (15 de janeiro de 2024).

3. Da Contestação

3.1. A ré contestou, alegando que os atrasos foram motivados por causas de força maior (problemas de conectividade na rede da autora) e que a autora, por sua vez, não teria fornecido as especificações

técnicas necessárias. Requereu a improcedência da ação, sustentando inexistência de incumprimento grave.

4. Da Prova

4.1. Foram produzidos os seguintes documentos: contrato de prestação de serviços, comprovativos de pagamento, e-mails de comunicação entre as partes, relatórios de auditoria informática emitidos por terceiros, e laudos periciais que confirmam a existência de falhas técnicas não corrigidas pela ré.

4.2. O depoimento das testemunhas (Sr. Carlos Mendes – responsável de TI da autora; Sra. Inês Ribeiro – consultora externa) corroborou a versão da autora quanto à falta de entrega de relatórios e à ineficácia nas correções.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Da Resolução do Contrato

1.1. Nos termos do artigo 798.º do Código Civil, a resolução pode ser decretada quando houver incumprimento grave das obrigações contratuais.

1.2. A jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão de 12 de junho de 2022, processo n.º 1234/21.5T8LSS) reconhece que a falta de entrega de relatórios e a não correção de defeitos críticos constituem incumprimento grave, permitindo a resolução unilateral.

1.3. Assim, verifica-se que a ré violou de forma substancial as obrigações essenciais do contrato, justificando a resolução.

2. Das Perdas e Danos

2.1. O artigo 483.º do Código Civil autoriza a indemnização por perdas e danos resultantes do incumprimento.

2.2. O perito contabilista, Dr. Luís Costa, quantificou o prejuízo da autora em € 180 000,00, correspondente a:

- Custos de desenvolvimento interno para substituir o software (€ 120 000,00);
- Perda de receitas decorrentes da impossibilidade de utilização do sistema (€ 45 000,00);
- Despesas com consultoria externa para mitigação de riscos (€ 15 000,00).

3. Da Restituição dos Pagamentos Antecipados

3.1. O artigo 876.º do Código Civil impõe a restituição dos valores pagos antecipadamente quando o contrato é resolvido por culpa do devedor.

3.2. Os juros de mora são fixados nos termos do artigo 81.º do CPC, a taxa legal de 5 % ao ano, a contar de 15 de janeiro de 2024, data em que a obrigação de restituição se tornou exigível.

4. Da Responsabilidade Solidária dos Sócios

4.1. Não se verifica hipótese de responsabilidade solidária dos sócios da ré, pois não foram demonstradas irregularidades de gestão que justifiquem a sua inclusão nos autos, nos termos do artigo 71.º do CPC.

DISPOSITIVO Pelo exposto, o Juízo decide:

1. **Declarar a resolução** do contrato de prestação de serviços n.º 2023/001, celebrado em 10 de janeiro de 2023, entre XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. e ABC – Consultoria Empresarial, Lda., por incumprimento grave da ré;
2. **Condenar a ré**, ABC – Consultoria Empresarial, Lda., a pagar à autora, XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., a quantia de **€ 180 000,00 (cento e oitenta mil euros)** a título de indemnização por perdas e danos, a ser paga em única prestação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação desta sentença;
3. **Condenar a ré** a restituir à autora a soma de **€ 100 000,00 (cem mil euros)**, correspondente aos pagamentos antecipados, acrescidos de juros de mora à taxa legal de **5 % ao ano**, a contar de 15 de

janeiro de 2024, devendo o montante total ser pago em única prestação, no mesmo prazo de 30 (trinta) dias;

4. **Fixar os juros de mora** de mora a 5% ao ano, nos termos do artigo 81.º do CPC, a partir da data de vencimento da obrigação de pagamento, até à data da efetiva liquidação;
5. **Determinar a expedição** de carta de ordem ao Banco de Portugal, para que proceda ao bloqueio de eventual saldo bancário da ré, até ao pagamento integral das quantias devidas;
6. **Condenar a ré** ao pagamento das custas processuais e dos honorários de advogado da autora, fixados em **€ 4 500,00 (quatro mil e quinhentos euros)**, nos termos do artigo 85.º do CPC;
7. **Intimar** a ré a cumprir a presente sentença no prazo legal, sob pena de execução coerciva, nos termos do artigo 714.º do CPC.

Regime de Cumprimento:

- O cumprimento da sentença será efetuado mediante depósito judicial das quantias devidas, a ser efetuado na conta da 1.ª Secção do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, sob o número de processo indicado.

Notifique-se a parte ré, por meio de seu mandatário, Dra. Maria Fernandes, OAB/PG 67 890, com aviso de recebimento.

Publique-se e registre-se a presente sentença.

Lisboa, 15 de março de 2024

Dr. António Pereira
Juiz de Direito

Observação: Esta sentença está sujeita a recurso de apelação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 562.º do CPC.